



**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC**  
**CENTRO ACADÊMICO DE DIREITO BENEDITO NARCISO DA ROCHA**

**ATA DE REUNIÃO**

**Ata nº 06 - CAD 2020/21**

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às 19 horas e 40 minutos, reuniram-se os acadêmicos do curso de direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), via aplicativo do Google Meet (<https://meet.google.com/qcw-sprh-jdj?pli=1&authuser=2>), para a realização da reunião do Grupo de Trabalho para Implementação da Primeira Empresa Júnior Jurídica do Curso de Direito da UNESC. Contataram-se 24 acadêmicos presentes. A reunião foi conduzida pelos acadêmicos presentes e as professoras Almerinda Tereza Bianca Bez Batti Dias, e Marcia Andreia Schutz Lirio Piazza. Inicialmente a reunião iniciou com Jeferson Gonçalves Martins, Presidente do Centro Acadêmico do Curso de Direito da UNESC, desejando as boas vindas e aproveitando a fala para sugerir para que fosse estabelecido cronogramas para a melhor organização de todas as demais reuniões. Logo após, o acadêmico Cassiano deu seguimento e iniciou falando sobre os temas da presente reunião, deixando os acadêmicos à vontade para questionarem ao final. Em seguida, passou a palavra para a Professora Márcia, que iniciou mencionando a importância da discussão sobre as temáticas e propostas escolhidas pela Empresa Júnior, também aproveitou para salientar sobre o fato da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) regulamentar o que pode ou não ser exercido por uma Empresa Júnior, embora não exista Lei que mencione as restrições da mesma, devemos da mesma seguir as limitações impostas. Por isso a importância da EJ ser centrada no mercado para Pessoa Jurídica, e/ou determinadas categorias e atividades. Márcia deu continuidade na reunião apontando alguns pontos do que poderia ou não ser realizado dentro de uma EJ, sendo alguns deles: não podem ser realizadas petições, visto que se trata de atividade do advogado, sendo possível a realização de conteúdos jurídicos, prestação de assessoria para associações e marcas, bem como o exercício de atividades que exige conhecimento da legislação, porém não é privativo do advogado. Aproveitou também para mencionar que a EJ poderia atuar com a Nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sempre visando assessorar sem adentrar no privativo do advogado, ou em outra atividade que seja vedada pelo Estatuto da OAB. No mesmo momento, mencionou sobre a manutenção da EJ, e sugeriu que o grande objetivo para manter e dar seguimento seria identificar o interesse na empresa. Por fim, se colocou à disposição dos alunos para tirar dúvidas. O aluno Cassiano pediu a palavra para questionar se, além do estatuto da OAB, existia outro para que seguíssemos como base. A Professora Márcia respondeu em seguida afirmando que, de princípio seria o Estatuto da OAB como norte de atuação da EJ. Cassiano pediu a palavra novamente e mencionou as sugestões dos serviços que a EJ poderia fornecer, sendo elas: “atividades relacionadas a elaboração de estatutos e regularização de documentação análoga, efetuar regularização de contratos trabalhistas, prestar assistência técnica em processos administrativos de trânsito e quaisquer atividades relacionadas às ciências sociais e jurídicas que não sejam privativas de advogados”. Em seguida, a acadêmica Mariani pediu a palavra para complementar a fala do acadêmico Cassiano sobre as propostas de assessoria da EJ. Logo, Márcia mencionou a importância do cuidado para não realizarmos atendimento e consultoria, visto que essa atividade é considerada como privativa de advogado, e sugeriu que a EJ poderia realizar a produção de conteúdo jurídico, como por exemplo, a confecção de um material de apoio de como realizar um contrato de trabalho. Sugeriu também para que a EJ trabalhasse com informações e

esclarecimentos, dando como exemplo, documentos informativos. Mariani aproveitou para perguntar sobre a produção de conteúdo e mencionou como exemplo a EJ de Florianópolis, que lançou um EBOOK sobre a LGPD, já no mesmo momento, questionou se a EJ poderia criar esse tipo de conteúdo para oferecer como serviço. Márcia respondeu o questionando da acadêmica Mariani, mencionando que poderíamos sim ser realizada essa atividade, e que os membros deveriam estudar assuntos específicos, como um todo na categoria profissional. Aproveitou para falar sobre a especificação de segmentos e atividades, para que depois no plano de seguimento, a EJ fique de forma adequada, resultando em maior visibilidade para a empresa. A professora Bianca pediu a palavra para falar que primeiro a EJ deveria ser nomeada como assessoria. Já com relação ao serviço, mencionou como exemplo a produção de conteúdo, a LGPD, criação de portfólio da EJ, e que seria importante definir um público alvo. Márcia pediu a palavra para salientar novamente que a EJ não pode assessorar no que é PRIVATIVO de certas profissões. O acadêmico Regis pediu a palavra para compartilhar com os presentes na reunião sua vivência em outras atividades acadêmicas e profissionais. Logo após, a acadêmica Luisa Pires sugeriu que a EJ realizasse palestras nas demais Universidades sobre alguns assuntos específicos, pois dificilmente isso acontece, e dessa forma, a EJ já teria seu trabalho apresentado. Professora Bianca deu continuidade mencionando que a produção de conteúdo é um aprendizado muito grande, visto que para produzir o material para as empresas, os acadêmicos precisam estudar, e dessa forma, estariam aprendendo ao mesmo tempo. Aproveitou para mencionar que a EJ deve trabalhar no modelo de negócio, e definir a área de trabalho, para após, realizar o estatuto, pois primeiro é necessário planejar a empresa. Mariani sugeriu que inicialmente, o público alvo, poderia ser os microempreendedores, e que a EJ poderia oferecer serviços jurídicos para outras empresas juniores. Aproveitou o momento para salientar a importância da produção de conteúdo para com a ajuda do acadêmico, bem como para as demais pessoas que acompanham a EJ. A acadêmica Natielli pediu a palavra para salientar também a importância da divulgação da EJ nas redes sociais, visto que hoje é o meio mais fácil para se aproximar do público alvo. Em seguida, a professora Bianca mencionou que a produção de conteúdo pode ser uma estratégia com os clientes, e que para isso, a EJ precisaria definir seu público alvo, e qual serviço prestaria. Aproveitou para sugerir como público alvo os escritórios de advocacia, microempreendedores e empresas juniores de outros cursos. Cassiano sugeriu que tivéssemos clientes externos e internos, e que deveríamos iniciar com os internos (citando como exemplo os casos dos CNPJ inaptos dos Centros Acadêmicos dos Cursos da UNESC, e o DCE). Márcia sugeriu a produção de material de como dar andamento na regularização de CNPJ, realizar estudo de viabilidade jurídica para criação da empresa, guia de formalização e registro empresarial, bem como elaboração de regimentos internos. A Professora Bianca solicitou para que na próxima reunião, a EJ já tivesse em mente quais seriam os públicos alvos para trabalhar. Aproveitou para sugerir os serviços de palestras, materiais de conteúdos, cursos de curta duração, e consultorias dentro do conceito que a EJ pretende adotar. Mariana apontou algumas sugestões anotados ao longo da reunião: Para que na semana jurídica do Curso de Direito da Unesc, a EJ contasse com um espaço para oferecer os serviços, ou uma divulgação de como resolver determinados assuntos, como por exemplo, a resolução do CNPJ inapto, tendo a presença dos alunos das demais fases da Universidade. Marcia complementou a fala de Mariani dizendo que seria possível que a EJ realizasse esse tipo de atividade dentro do campus. Já caminhando para o final da reunião, a acadêmica Mariani solicitou para que fosse pré-determinado alguns pontos da EJ, e que se alguém discordasse, que se manifestasse naquele momento, sendo eles: que o público alvo seria as questões internas (empresas juniores da própria Unesc, CAD, DCE), nesse momento, Cassiano complementou que seria para todo tipo de associação dentro da Universidade e que seria interessante cobrar uma mensalidade para acompanhamento mensal, aproveitou para mencionar como predeterminação do público alvo, os microempreendedores, tendo como atividade a produção de conteúdo, e que precisaria filtrar o que EJ pretende realizar e onde deseja realizar, pois dessa forma, a EJ não teria problemas futuros. Por fim, a professora Bianca sugeriu que os membros da EJ

conversassem com a Professora Márcia, e alinhasse o que é possível ou não realizar dentro de uma EJ, pois dessa forma, será evitado qualquer atrito com a OAB. O encerramento da reunião foi realizado às 21 horas e 32 minutos. Eu, Natielli Daminelli de Oliveira, Secretária-Adjunta, redijo essa ata a ser aprovada por todos.

Criciúma/SC, 19 de janeiro de 2021.